

O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais

Layza Rocha Soares¹

53

Resumo

Desde a década de 70, ocorreram um conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológica que contribuíram, por um lado, com o crescimento da riqueza mundial, e por outro lado, com o aumento das pressões ambientais e da desigualdade social. Nesse contexto, o presente artigo busca compreender como essas mudanças, denominada de neoliberalismo, contribuíram para aprofundar os problemas ambientais, bem como inviabilizar suas soluções efetivas. Considera-se que pensar na questão ambiental significa refletir sobre a relação entre o ser social e a natureza, em outras palavras, reflete as questões sociais.

Palavras-chave: neoliberalismo, problemas ambientais, desigualdade social.

Resumen

Desde la década de 1970, se han producido una serie de transformaciones económicas, políticas e ideológicas que han contribuido, por un lado, al crecimiento de la riqueza mundial y, por otro lado, al aumento de las presiones ambientales y la desigualdad social. En este contexto, este artículo busca comprender cómo estos cambios, llamados neoliberalismo, contribuyeron a profundizar los problemas ambientales, así como a hacer que sus soluciones efectivas sean inviables. Se considera que pensar en el tema ambiental significa reflexionar sobre la relación entre el ser social y la naturaleza, en otras palabras, refleja los problemas sociales.

Palabras clave: neoliberalismo, problemas ambientales, desigualdad social.

Abstract

Since the 1970s, a set of economic, political and ideological transformations have occurred, which have contributed, on the one hand, to the growth of world wealth, and on the other hand, to the increase in environmental pressures and social inequality. In this context, this article seeks to understand how these changes, denominated neoliberalism, contributed to deepen environmental problems, as well as to make their effective solutions unfeasible. It is considered that thinking about the environmental issue means reflecting on the relationship between the social being and nature, in other words, it reflects social issues.

Keywords: neoliberalism, environmental problems, social inequality

¹ Doutoranda em Economia pela UFF, mestre em Economia pela UNESP. Diretora Regional da ECOECO – núcleo Sudeste, pesquisadora do IBEC e do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento – FINDE. layzarocha@id.uff.br



Introdução

54

Nas últimas cinco décadas, as preocupações, políticas e acordos internacionais para resolver as pressões ambientais provocadas pela atividade econômica se tornaram cada vez mais frequentes. Essas pressões são retratadas através da: poluição acentuada, extração elevada de recursos naturais, desmatamento acelerado, aquecimento global, entre outros. Nesse mesmo período, observa-se também um crescimento econômico mundial sem precedentes acompanhado pelo aumento da desigualdade social (UNEP, 2011, OCDE; 2012; FMI, 2017, WORLD BANK, 2020).

Nos anos 2000, as questões ambiental e social são consideradas como parte de uma mesma problemática em discussões internacionais, uma vez que para resolver os problemas ambientais, necessariamente, precisa-se reparar a desigualdade social – de acesso aos recursos naturais (como água) e ao esgotamento sanitário, de exposição a diferentes formas de contaminação ambiental, entre outros.

Se a transformação da natureza tem gerado o enriquecimento de uma pequena parcela da população e não tem suprido as necessidades humanas, pensar na questão ambiental perpassa pela problemática social. Em outras palavras, discutir a questão ambiental significa pensar na relação entre o homem e a natureza, o que na realidade, é pensar na própria humanidade.

Desde a década de 70, ocorreram um conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológica, denominada de neoliberalismo, que contribuiu para a manutenção e crescimento dessa riqueza mundial. No entanto, esta riqueza é sustentada pela intensificação de programas de austeridade fiscal que prejudicam a vida de populações, com maior restrição



do acesso à educação e saúde pública, por exemplo. Ela é acompanhada pelo crescimento significativo da produção per capita de alimentos no mundo, concomitantemente ao incremento de pessoas vivendo em situação de miséria.

Ao considerar essas mudanças, este artigo tem como objetivo compreender como o neoliberalismo contribui para aprofundar a problemática ambiental e social, como também inviabiliza as soluções efetivas para reparar esses problemas. Pretende-se responder a seguinte questão: porque o reconhecimento do crescimento e dos limites dos problemas socioambientais, bem como as diversas ações para minimizá-los, não foi suficiente para resolver essas questões?

Para atingir seu propósito, a próxima seção apresenta o conceito de neoliberalismo, bem como suas origens, práticas e sua proposição ideológica. A terceira seção descreve o reconhecimento da problemática ambiental e, posteriormente, de sua associação com a questão social, por instituições internacionais através da criação de propostas, acordos e tratados. Ainda nesta seção, demonstrar-se-á a intensificação da degradação ambiental e da desigualdade social no mundo e em alguns países com a ampliação das práticas neoliberais.

Na última seção, pretende-se responder a questão sugerida e expor algumas considerações finais.

Neoliberalismo: origem, prática de política econômica e proposição ideológica

Convencionou-se denominar neoliberalismo o conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológica do capitalismo ocorrido desde a década de 1970. Ou ainda, a proposta de retomada do processo de



acumulação de capital em resposta à crise estrutural dos anos 1960/70. Mas para compreender o significado do neoliberalismo precisamos entender o seu processo de consolidação.

A crise da economia mundial, que se manifestou desde final dos anos 60, correspondeu à superacumulação do capital, redução das taxas de lucro, permanência dos níveis de desemprego altos, queda acentuada dos níveis de produtividade e a ascendência do processo inflacionário. Ocorreram repercussões tanto na teoria social quanto na política econômica, e como consequência gerou uma crise ideológica e política. O que representou o fim da 'Era de Ouro', com uma perda da eficácia dos instrumentos de política econômica que prevalecia até aquele período, e conseqüentemente, levou à crise da teoria econômica de inspiração keynesiana. E assim, medidas novas tornaram-se necessárias para garantir a retomada do processo de acumulação de capital.

É nos anos 70 que do ponto de vista teórico a hegemonia neoliberal passa a se constituir, mas seu corpo ideológico e teórico antecede a crise de 1960/70. Em 1944 o pensamento neoliberal já aparece no lançamento do livro "O Caminho da Servidão" de Friedrich Hayek, o qual criticava a intervenção estatal do modelo keynesiano. Mas essas críticas não tiveram grande impacto nesse período, devido ao prestígio das ideias keynesianas.

Posteriormente, os seguidores de Hayek (da chamada Escola Austríaca) e também de Milton Friedman começam a ganhar espaço na área acadêmica até que suas produções teóricas se tornaram hegemônicas e influenciaram economistas que atuaram em diversos países (inclusive na América Latina) nas décadas de 1980 e 1990 (bem como, nos anos de 1970 no Chile).



Essas ideias se fortalecem e passam do plano teórico para o político com a chegada dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982), os quais transformam a doutrina particular em uma diretriz central do pensamento e da administração econômica. Assim, as ideias neoliberais passam a ser incorporadas por instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e aplicadas nos países que recorrem a estas organizações, como, por exemplo, nos países latino-americanos. E elas ganham mais intensidade com a derrubada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991.

O Consenso de Washington² representou a institucionalização da estratégia neoliberal de desenvolvimento após sua afirmação hegemônica nos anos 1990, com propostas para os países de: disciplina fiscal, monetária; desregulamentação financeira e dos mercados em geral; liberalização comercial e financeira; privatizações (indicando explicitamente a abertura dos mercados e mudança do papel do Estado).

O neoliberalismo pode ser visto como uma nova concepção de desenvolvimento com inspiração nas teses liberais (BARUCO; CARCANHOLO, 2011). Pois resgatam algumas premissas da tradição clássica do liberalismo do século XVII e XVIII, tais como: individualismo e a racionalidade dos agentes; a explicação das interações econômicas dos indivíduos (e da sociedade) apenas pela observação das atitudes individuais, egoístas e racionais; as ações individuais fazem parte de uma ordem harmônica que é garantida pelo funcionamento do mercado e levam ao bem-estar geral; e

² Elaborado em 1989, por economistas ligados às instituições financeiras do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O termo foi criado pelo economista inglês John Williamson.



consequentemente, a defesa de um Estado que garanta a liberdade individual.

A novidade (neo) refere-se ao seu contexto histórico, ao papel do Estado, seu conservadorismo, projeto político de sociedade, influência da economia em outras áreas e valorização da desigualdade.

Diferente do liberalismo clássico em que o Estado deveria garantir direitos naturais do Homem, no neoliberalismo, o estado deve ser mínimo para propiciar o livre funcionamento do mercado. O neoliberalismo também possui um caráter mais conservador dentro do contexto histórico do capitalismo, pois defende o restabelecimento de uma “ordem” anterior as políticas keynesianas, uma democracia com concorrência perfeita (uma ordem de livre mercado que não ocorreu de fato). Oposto do liberalismo clássico que tinha um sentido mais progressista de combate aos privilégios da nobreza feudal.

Além disso, o neoliberalismo vai além da esfera ideológica e teórica, e se fundamenta no que Baruco e Carcanholo (2011) chamam de projeto político da “sociedade de mercado”, que se expressa através de políticas econômicas e se mostra como única alternativa ao capitalismo pós-1970. Além disso, a desigualdade passa a ser algo desejável, que dá sentido à busca pela eficiência e do ponto de vista moral, gera um incentivo ao esforço pessoal.

No neoliberalismo, o comportamento econômico maximizador influencia as esferas políticas, sociais e culturais. Ao contrário do liberalismo clássico, que era fundamentado na filosofia moral e filosofia política e o comportamento do homem era visto como uma consequência de sua própria natureza.



De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano seja concedido através das liberdades individuais, das capacidades empreendedoras individuais em uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada e livre mercado. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, ele deve promover a defesa nacional e as estruturas militares e legais para garantir os direitos de propriedade individuais e assegurar o funcionamento adequado do mercado, e se necessário criar mais mercados (por exemplo, mercantilização da água, da segurança, saúde, educação, entre outros). O Estado deve ser mínimo (se dedicar apenas a sua tarefa) também para que grupos de interesse não distorçam a intervenção do estado em seus próprios benefícios.

A proposta neoliberal de reforma estrutural para reposição da lucratividade vem acompanhada por um discurso e uma prática associada à: diminuição dos custos salariais (os quais atingiram níveis consideráveis graças às conquistas trabalhistas obtidas pelo *Welfare States*); desregulamentação e flexibilização dos mercados, especialmente de trabalho; reduções de tributação sobre rendimentos; reestruturação produtiva relacionada à descentralização; internacionalização da produção, e extraordinária expansão do capital financeiro - como uma alternativa de valorização e expansão do capital diferente da esfera produtiva (BARUCO; CARCANHOLO, 2011).

A estabilização macroeconômica através do controle inflacionário e dos gastos públicos é um dos componentes importantes da estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista. Somado às reformas estruturais de mercado que promovam uma livre iniciativa, assim harmonia no mercado,



e incentivos para investimentos privados que garantam um novo processo de crescimento econômico.

Ao mesmo tempo (em que há) e apesar de ter uma base estratégica de desenvolvimento, como apontado anteriormente, as políticas econômicas neoliberais foram e são implementadas de acordo com as especificidades de cada país, por isso não é possível classificar uma política específica de neoliberal. Por exemplo, as políticas neoliberais adotadas na Inglaterra não necessariamente foram e são as mesmas nos Estados Unidos, e foram muito diferentes nos países periféricos. Cada economia tem suas particularidades, instituições e seu papel na divisão internacional do trabalho, por isso, que as práticas de política econômica são distintas, assim como as perdas e ganhos. Aliás, a desigualdade é uma característica elementar para o neoliberalismo, até por esse ângulo.

Desse modo, não há um modelo padrão econômico seguido em todos os países, uma política econômica pode ser tanto heterodoxa quanto ortodoxa dentro dessa compreensão do neoliberalismo, pois o que importa é que o escopo seja mantido, o de livre mercado. Por exemplo, políticas implementadas no Brasil, como de microcrédito, renda mínima, de financiamento da educação superior (FIES, PROUNI), entre outras, fazem parte da estratégia neoliberal de que os indivíduos precisam de um mínimo (de igualdade) para manifestarem sua liberdade individual e suas capacidades. Ainda que essas políticas possam levar a um excessivo endividamento das famílias.

Embora tenha uma teoria e uma ideologia que pregue por um estado mínimo, a prática neoliberal ocorre com um direcionamento do papel do estado. Este continua forte e muito atuante, mas não tem mais os preceitos de antes, que era de busca do pleno emprego para aumentar o



bem estar-social. Agora está voltado para propiciar o funcionamento do mercado.

Ao contrário do que o pensamento neoliberal advoga, na prática houve um considerável aumento dos gastos públicos em relação ao PIB, comprometido em sua grande maioria com o pagamento dos juros de dívida e com a circulação financeira em detrimento de políticas públicas de caráter universalizante (BARUCO; CRACANHOLLO, 2011).

O neoliberalismo econômico exigiu uma intervenção estatal forte para imposição do mercado livre - para desregular e reformar o estado de bem-estar social alcançado anteriormente, e garantir a disseminação da lógica de mercado para toda sociedade – e assim, constituir o “Estado mínimo”. Na América Latina, por exemplo, a presença notável do Estado se verifica desde as suas primeiras experiências neoliberais, que foram acompanhadas por regimes ditatoriais.

Como proposição ideológica, o neoliberalismo ultrapassa a esfera da economia para a esfera política, social e cultural, para o campo das ideias. Suas premissas se tornaram naturais e com o discurso das liberdades individuais enquadrando todas as ações humanas na lógica do mercado. Ele se tornou tão natural ao ponto de se questionado, significa questionar a própria liberdade individual.

Ele se tornou hegemônico e como discurso passou a afetar amplamente o pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. Como Harvey (2008) ressalta: no neoliberalismo a troca de mercado passa a ser uma ética em si capaz de servir de guia para toda a ação humana, e que substitui todas as crenças antes sustentadas.



A questão ambiental e social no neoliberalismo

62

Dentro desse conjunto de políticas e ideologia que sustentam a acumulação capitalista, desde a década de 1970, com base na proliferação e penetração dos mercados em todos os aspectos da vida econômica e social, está a preocupação com os limites que o meio ambiente pode proporcionar a expansão da produção econômica (seja pela restrição de recursos naturais ou pela incapacidade do ecossistema em absorver toda poluição gerada) e também com a preservação da vida humana (pelo menos parte dela).

As manifestações e acordos internacionais em prol da problemática ambiental aumentaram nas últimas cinco décadas. Em 1972, ocorreu a primeira grande manifestação internacional que alertou os países a inserirem a temática do meio ambiente no centro de suas políticas públicas – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Na década de 1980, criou-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) das Nações Unidas, a qual elaborou o Relatório Brundtland, em 1987, e definiu o conceito de desenvolvimento sustentável (muito controverso) como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima é criada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com o objetivo de operacionalizar um acordo entre os países participantes para estabilizar as emissões de gases do efeito estufa na atmosfera. Um dos resultados da Convenção do Clima foi o Protocolo de Quioto, que estabeleceu metas para as nações que o assinaram em 1997.



Em 2009, após a eclosão da crise financeira de 2007/2008, a “Iniciativa Economia Verde”, liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), é proposta para os países (especialmente, as economias ‘emergentes’) retomarem o crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade ambiental, ou seja, com economia de baixo carbono, investimentos em tecnologias mais limpas e uso mais eficiente de recursos naturais.

Além dessas e outras iniciativas, acordos internacionais (não citados aqui) que foram realizados, diversos mecanismos financeiros também foram criados com a finalidade de estimular investidores, empresas e países a considerarem a questão da poluição ambiental, como, por exemplo: mercado de derivativos para crédito de carbono, fundos de investimentos sustentáveis, fundo de índice de baixo carbono, entre outros. Esses mecanismos se configuraram na mercantilização da poluição, bem como de outros ativos naturais.

Todavia, apesar de todo esse ‘esforço’ desde a década de 1970 para reduzir os problemas ambientais e sociais, a realidade nos mostra que desde essa década, houve um crescimento contínuo do PIB mundial³ (exceto em 2009), concomitantemente com um aumento consecutivo das emissões de gases do efeito estufa, especialmente na primeira década do século XXI⁴, que têm contribuído para o aquecimento global⁵.

Além disso, as emissões também mostram uma desigualdade na sua produção. Segundo Gore (2015), os 10% mais ricos do globo são

³ World Bank (2020).

⁴ As emissões de CO₂, principal gás causador do efeito estufa, aumentaram de 14840 Mt Co₂ em 1970 para 36573 Mt CO₂ em 2018. Só nos anos 2000 teve um aumento de mais de 11000 Mt CO₂ (GCP, 2019).

⁵ SOARES (2015); NASA (2020).



responsáveis por 50% das emissões globais de gases do efeito estufa, ao mesmo tempo em que 50% da população global, os mais pobres, são responsáveis por apenas 10% das emissões.

Quanto ao uso de recursos naturais, só entre os anos de 2000 e 2017 a extração mundial de recursos materiais⁶ passou de 55 bilhões de toneladas para 92 bilhões (crescimento de 71%), o PIB mundial aumentou de US\$50 trilhões para US\$ 80 trilhões (60%), ao mesmo tempo em que a população mundial teve um crescimento de 23% (6,1 para 7,5 bilhões - IRP, 2019). Ou seja, a realidade concreta demonstra que os objetivos almejados nos acordos apresentados anteriormente não foram alcançados.

Em termos de desigualdade de riqueza, os dados também são dramáticos. Em 2000, o 1% mais rico do mundo possuía 45,5% de toda riqueza global, passando esse percentual para 50,1% em 2017. Os 5% mais ricos apresentaram um crescimento contínuo de sua parcela na riqueza global desde 2008 e atingiu o percentual de 76,4% de toda riqueza em 2017, enquanto os 10% mais ricos possuíam 87,8% nesse mesmo ano. (CREDITSUISSE, 2017).

O aprofundamento da desigualdade - e sua contradição - com o aumento da produção também é muito notório nos países 'emergentes', como Brasil e Argentina. Por exemplo, em 2002, 53% da população argentina se encontrava abaixo da linha da pobreza (dos quais 24% estava em situação de indigência) ao mesmo tempo em que o país era o maior produtor de grãos per capita do mundo. Enquanto a população tinha problemas de fome e desnutrição, o agronegócio do país lograva um novo recorde de exportação, com alimentos que dariam para alimentar mais de

⁶ Recursos naturais extraídos e modificados pela atividade humana com o propósito de gerar valor econômico.



300 milhões de pessoas⁷ (enquanto a população argentina era de quase 38 milhões⁸).

Manrique et. al (2013) destacam que entre 1970 e 2009 ocorreu uma intensificação da extração e exportação de recursos naturais na Argentina, como resultado do modelo de desenvolvimento dependente das exportações de produtos primários (presente nas economias latino-americanas). Os autores também apresentam algumas consequências desse crescimento elevado da produção material para o meio ambiente no país, tais como: redução da biodiversidade, desmatamento, uso cada vez maior de intensivos agrícolas, mineração a céu aberto (com geração de resíduos contaminantes), entre outros.

O Brasil, que está entre as dez economias mais ricas do mundo, em termos de PIB, e dispõe de abundância de recursos naturais, permanece com características sociais de países mais pobres (como falta de saneamento básico, fome) e com uma concentração de renda crescente⁹ (SOARES, 2015; FAO, 2019; OXFAM (2017); UNDP, 2019). Nesse país, entre 2000 e 2013, a extração de recursos naturais aumentou de 16 para 26 toneladas *per capita*, com um aumento da intensidade material (consumo de recursos naturais por unidade do PIB) de 26%. (SOARES, 2015).

Esses resultados do uso intensivo de recursos naturais de ambos os países refletem a posição subordinada que eles possuem na nova divisão internacional do trabalho com a concretização do neoliberalismo. Os países da América Latina se reinserem no novo padrão de acumulação como

⁷ Gras e Hernandez (2016).

⁸ World Bank (2020).

⁹ Só em 2017, seis brasileiros possuíam riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Os 5% mais ricos do país detinham nesse mesmo ano a mesma parcela de renda dos demais 95% (OXFAM, 2017).



grandes provedores de produtos agrícolas e minerais (DELGADO, 2012; SVAMPA, 2013). O papel desempenhado por esses países latino-americanos se dá através da desindustrialização¹⁰, maior especialização na produção de *commodities*, com expansão da monoprodução e ocupação dos territórios cada vez mais destrutiva, em nome do aumento da produtividade e eficiência econômica.

A grande e inevitável intervenção no território desses países ocorre com redução da diversidade dos recursos naturais, poluição do solo, da água, uso excessivo de agrotóxico¹¹, além da violência contra comunidades tradicionais, trabalho escravo – amparados, ainda mais, com a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais¹² - e outros.

Essas desigualdades, aqui, apresentadas demonstram que a crença generalizada da sociedade de mercado de que o crescimento econômico é uma pré-condição para se alcançar todos os objetivos econômicos e sociais, é falaciosa. O argumento de que o crescimento econômico gera benefícios para toda a sociedade, seja com maior equidade social ou melhoria ambiental não encontra respaldo nas evidências.

Além disso, é possível observar que a reforma neoliberal, como citada na seção anteriormente, - com desregulamentação e flexibilização de mercados, políticas de ajuste, privatizações, com agenda de valorização financeira - não só contribuiu para gerar assimetrias como aprofundou desigualdades entre países e nos países.

O próprio Fundo Monetário Internacional (DUTTAGUPTA, 2017) reconhece que o receituário do Consenso de Washington produziu mais

¹⁰ Redução da participação da indústria no emprego e no PIB.

¹¹ IBGE (2018). Algumas consequências sobre o uso intensivo de agrotóxico pode ser visto em Dutra e Ferreira (2017) e LARSEN et. al (2017).

¹² Comissão Pastoral da Terra (2019); Santos e Glass (2018).



desigualdades e até instabilidade política. Segundo essa instituição, a desigualdade da distribuição de rendimentos e do acesso a empregos e serviços básicos, como saúde e educação, cresceu tanto nas economias mais ricas (de forma mais acentuada a partir dos anos 1990), quanto nos países periféricos.

Na Europa, por exemplo, além da mercantilização de serviços públicos (como de saúde¹³), o distanciamento dos rendimentos entre os mais ricos e mais pobres vem aumentando desde os anos 80¹⁴. Já nos Estados Unidos, o aumento da desigualdade é gritante, evidenciado pelo aumento do percentual de rendimento dos mais ricos, e da queda dos rendimentos entre os mais pobres – a parcela da renda nacional capturada pelo 1% mais rico da população americana foi de quase 11% em 1980 para 20% em 2017, enquanto daqueles 50% com menores rendimentos passou de 20% para 12,5%, no mesmo período¹⁵. Ademais, houve um encolhimento impressionante no salário da força de trabalho americana, como por exemplo, o percentual recebido entre os 90% dos trabalhadores na base foi de 58% em 1979 para 46,6% em 2015¹⁶.

No Brasil, o receituário neoliberal foi e é seguido assertivamente. Desde as reformas estruturais nos anos 90 até mais recentemente as reformas do congelamento de gastos públicos de 2016; trabalhista em 2017 (que levou mais de 38 milhões de trabalhadores à informalidade em 2019¹⁷);

¹³ Jansen, Ferreira e Mendes (2018).

¹⁴ Entre 1980 e 2017, a renda do 1% mais rico da Europa cresceu duas vezes mais rápido do que a renda dos 50% mais pobres. A parcela da renda nacional capturada pelos 10% mais ricos passou de 29% em 1980 para 34% em 2017 (BLANCHET et. al, 2019).

¹⁵ Blanchet et al.(2019).

¹⁶ Bivens e Shierholz (2018).

¹⁷ IBGE (2020)



da previdência em 2019, entre outras. Essas reformas também foram acompanhadas pela constrição de serviços públicos (saúde, educação, previdência social - LAVINAS et al., 2017) e intensificaram a desigualdade social no país.

Destarte, podemos assumir que as propostas e acordos internacionais, reconhecem com o tempo que a problemática ambiental está associada à questão social, mas isso não foi o suficiente para mitigar nenhum dos problemas. Uma vez que a sociedade continua sob a lógica do mercado, de obtenção de lucro, ou melhor, de crescimento desenfreado da produção e, independentemente, das boas intenções com o meio ambiente, o avanço tecnológico só foi acompanhado por efeito de ricochete¹⁸.

A insuficiência dessas propostas e acordos ocorre devido à visão de mundo sob a qual eles são formulados. Como descreve Barreto (2018, pag. 123):

“[...] a sociedade do capital figura como estágio último do desenvolvimento humano e, portanto, inquestionável a priori. Esta naturalização do capital é o principal motivo pelo qual não conseguem sequer formular adequadamente os problemas ambientais que nos desafiam, confrontando-se constantemente com os resultados aparentemente paradoxais e desanimadores. Ao se circunscreverem nos limites da formação social atual, elas pressupõem exatamente os mecanismos que geram os problemas que buscam sanar. Se abstêm de investigar, portanto, a forma de superá-los, contentando-se com um trabalho de Sísifo de

¹⁸ Também conhecido por *rebound effect*, é caracterizado como o efeito gerado pela inovação tecnológica que ao promover maior eficiência no uso dos recursos naturais aumenta o consumo do mesmo (pode gerar mais resíduos), devido a uma queda dos custos, por exemplo.



buscar, ininterruptamente, formas de poupar o meio a uma extraordinária (e estrutural) prodigalidade”.

A degradação do meio ambiente ocorre justamente pelo modo de exploração da atividade econômica, através da perseguição pelo lucro de curto prazo (com destaque para a crescente presença do capital financeirizado) e pela exploração da força de trabalho intensificada pelo neoliberalismo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que essa sociedade degrada cada vez mais o ecossistema, este lhe apresenta os limites desse sistema. A catástrofe social e ambiental está posta! O desafio será reverter esta realidade.

69

Os limites da sociedade de mercado e as considerações finais

O aumento da degradação ambiental não é algo exclusivo do neoliberalismo, é uma característica própria do sistema capitalista, todavia, esse conjunto de transformações pós 1970 intensificou os agravantes ambientais.

O neoliberalismo exacerba os problemas ambientais, pois busca (do ponto de vista teórico e prático) acelerar o processo produtivo que degrada, e também reflete uma sociedade que: tem na desigualdade algo desejável para dar sentido à busca pela eficiência; e que possui o comportamento econômico maximizador presente em suas esferas políticas, sociais e culturais.

É uma sociedade que devido à sua lógica de mercado, desconsidera o modo de acumulação de riqueza, ignora as determinações históricas do processo produtivo e não reflete sobre sua relação real com a natureza. Em



outras palavras, é uma sociedade que não projeta a superação da desigualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2001), do modo de produção dominante e, nem ao menos, das dificuldades estruturais nele existentes.

Esse modo de produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e natureza. Uma vez que o fundamento social para a transformação da natureza não é a produção de bens para suprir as necessidades humanas, mas, sim, a produção de valor que permite o maior enriquecimento privado (MARX, 2006; FOSTER, 2012).

Ademais, o tratamento da natureza como algo mecânico, que possui uma substitubilidade perfeita (SOARES, 2015), pode ser eficiente no curto prazo, mas trágico no longo prazo. E como observado, as evidências ficam cada vez mais dramáticas.

Há a necessidade urgente de reflexão sobre a dependência da felicidade do ser social da sua relação com a natureza e reconhecer que todos os recursos que retiramos do ecossistema e modificamos, precisam retornar de algum modo que a natureza possa continuar a nos fornecer aquilo que precisamos.

É fundamental a compreensão de que essa sociedade precisa estabelecer uma relação com a natureza que não seja exclusivamente pelo lucro. Para manter uma floresta intacta, por exemplo, não precisa que um grande proprietário receba um pagamento para não derrubá-la (como no caso de pagamentos por serviços ambientais). Ou ainda, para manter essa floresta, não há a necessidade de transações financeiras no mercado de capitais que geram lucros às corporações que dizimam e expropriam populações tradicionais, bem como suas condições de vida.



Hoje temos condições suficientes, meios científicos, sociais e culturais para promover essa reflexão. Se não controlarmos essa relação devastadora que temos com a natureza e com a própria humanidade, os limites estruturais dessa sociedade de mercado nos levarão ao próprio colapso.

Referências

- BARUCO, G. C. E CARCANHOLO, M. D. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Revista Praia Vermelha: estudos de teoria e política social**. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, vol. 21, n.1, 2011.
- BARRETO, E. S. **O capital na estufa**: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BIVENS, J.. SHIERHOLZ, H. **What labor market changes have generated inequality and wage suppression?** Economic Policy Institute. Dezembro, 2018.
- BLANCHET, T.. CHANCEL, L.. GETHIN, A. **How Unequal Is Europe?** Evidence from Distributional National Accounts, 1980-2017. The World Inequality Database. Working paper n°06. April, 2019.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991, parte I.
- CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2017**. Credit Suisse Research Institute, 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Informações sobre conflitos socioambientais**. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2019.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.
- DUTTAGUPTA, R., FABRIZIO, S., FURCERI, D., SAXENA, S.. **Growth That Reaches Everyone**: Facts, Factors, Tools. IMFBlog, September, 2017.



- DUTRA, L.S., FERREIRA, A.P. Associação entre malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. **Saúde em Debate** vol. 41 no.spe2 Rio de Janeiro, 2017.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns.** Rome, 2019.
- FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Revista Monthly Review**, v.63, n. 4, 2011.
- GLOBO CARBON PROJECT - GCP. **Globo Carbon Atlas.** Disponível em: <<http://www.globalcarbonatlas.org/en/CO2-emissions>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- GORE, Timothy. **Extreme Carbon Inequality: Why the Paris climate deal must put the poorest, lowest emitting and most vulnerable people first.** Oxfam, 2 dez. 2015.
- GRAS, C., HERNANDEZ, V. **Radiografía del nuevo campo argentino: del terraniente al empresario transnacional.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>>. Acesso em: 09 mar. 2020.
- INTERNATIONAL RESOURCE PANEL – IRP. **Global Material Flows Database.** Disponível em: <<http://www.materialflows.net/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- JANSEN-FERREIRA, M.R, MENDES, A.N.. Mercantilização nas reformas dos sistemas de saúde alemão, francês e britânico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 23, nº 7, Rio de Janeiro, jul. 2018.
- LARSEN, A. E., GAINES, S. D., DESCHÊNES, O. Agricultural pesticide use and adverse birth outcomes in the San Joaquin Valley of California.



Nature Communications, nº302, 2017. DOI: 10.1038/s41467-017-00349-2.

LAVINAS; L. ARAÚJO, E. BRUNO, M. **Brasil**: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. Texto para Discussão XA IE-UFRJ - 2017.

MANRIQUE, P. L., BRUN, J., GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, A. C., WALTER, M., MARTÍNEZ-ALIER, J. The Biophysical Performance of Argentina (1970-2009). **Journal of Industrial Ecology**, v.17, n.4, p. 590-604, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

MÉSZÁROS, I.. **The Challenge of Sustainable Development and the Culture of Substantive Equality**. Caracas, 2001. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2001/12/01/the-challenge-of-sustainable-development-and-the-culture-of-substantive-equality/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION - NASA. **Surface Temperature Analysis**. The NASA Goddard Institute for Space Studies (GISS). Disponível em: <https://data.giss.nasa.gov/gistemp/graphs_v4/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **OECD Environmental Outlook to 2050**: the consequences of inaction. Executive Summary. Paris, jun. 2012.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: <www.oxfam.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS, M., GLASS, V. (organizadoras). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SOARES, L. R.. **Crescimento econômico e desacoplamento de recursos naturais e impactos ambientais**: evidências para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2015.



SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en America Latina. **Nueva Sociedad**, no. 244, mar./abr. 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century.** New York, USA, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>. Acesso em 14 de abr. 2020.

74

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **Decoupling Natural Resource Use and Environmental Impacts from Economic Growth**, A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel. Fischer-Kowalski, M. et al. United Nations Environment Programme .2011.

WORLD BANK. **World Development Indicators.** Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Recebido em: 01 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020

